

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

ALICIA URRACA ROCHA

**O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES
BRASILEIRAS**

-Desafios e estratégias a partir de perspectivas feministas-

RIO DE JANEIRO

2023

ALICIA URRACA ROCHA

**O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

-Desafios e estratégias a partir de perspectivas feministas-

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, como
requisito necessário para obtenção do título de bacharel
em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico
e Social

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Claudia Paiva Carvalho

Rio de Janeiro

2023

CIP - Catalogação na Publicação

R672e Rocha , Alicia Urraca
 O enfrentamento à violência de gênero nas
 universidades brasileiras : desafios e estratégias a
 partir e perspectivas feministas / Alicia Urraca
 Rocha . -- Rio de Janeiro, 2023.
 31 f.

 Orientadora: Claudia Paiva Carvalho.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
 de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,
 Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento
 Econômico e Social, 2023.

 1. Assédio . 2. Violência de gênero. 3.
 Universidades. 4. Brasil . 5. Políticas Públicas. I.
 Paiva Carvalho, Claudia, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

ALICIA URRACA ROCHA

O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Desafios e estratégias a partir de perspectivas feministas

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública Para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel.

Apresentado em: 28/07/2023

BANCA EXAMINADORA



Claudia Paiva Carvalho

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ



Documento assinado digitalmente

MARIA TEREZA AGUIAR PARREIRA

Data: 16/08/2023 13:37:52-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Maria Tereza Aguiar Parreira

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

AGRADECIMENTOS

As pessoas são feitas de pessoas, tudo o que somos e representamos é uma junção do impacto que outras pessoas tiveram em nossa vida. Cada pessoa que passa por nós deixa uma marca, um ensinamento e/ou uma lembrança. Aqui listo uma série de pessoas que me marcaram e me marcam todos os dias, elas me mostram o mundo, me ajudam a procurar, e as vezes encontrar, soluções para os problemas. As pessoas a quem agradeço, são as que me ajudam a ter fé que o mundo pode ser um lugar melhor, em que todos os seres humanos serão respeitados e abusos não serão mais tolerados.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu pai e à minha mãe, as primeiras pessoas que me marcaram. Ao meu pai, muito obrigada por me ensinar as desigualdades e injustiças que existem no mundo e ao tempo ele me mostrar que é possível mudá-lo, somente temos que estar dispostos a lutar. À minha mãe eu agradeço por ser um exemplo de mulher forte, por me ensinar lições de sororidade antes mesmo de saber o que era obrigada por me ensinar a nunca desistir dos meus objetivos, e que é sempre bom ter fé que as coisas vão melhorar. Obrigada aos dois não só por me apoiarem e estarem do meu lado em todo o processo de elaboração deste trabalho, como também por nunca deixarem de acreditar no meu potencial e por fazer questão de mostrar isso para mim.

Em segundo lugar gostaria de agradecer à minha irmã, por todos os debates que temos sobre gênero que me ajudaram neste trabalho, por ser minha maior torcedora, por todos os conselhos durante meus anos na universidade e, principalmente na elaboração do TCC. Depois, quero agradecer meu irmão Diego, por sempre escutar quando tenho algo para dizer, por sempre me fazer sorrir e relaxar em momentos de alto estresse e pelo carinho.

Agradeço também à minha orientadora, Cláudia Paiva, por ter me apresentado a temática da pesquisa, pela paciência em todo o processo e por tudo que me ensinou durante a pesquisa e nas aulas do curso.

Por último gostaria de agradecer aos meus amigos: Amanda, Hanna, Mariana, Bianca, Sofia, Daniel, Jorge, Pedro Henrick, Fellipe, Lucas, Fernando e Vitor por me mostrarem como o mundo devia ser e por todos os momentos de felicidade ao meio do estresse da faculdade.

“Não serei livre enquanto outra mulher for prisioneira,
mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas” -
Audre Lorde

RESUMO

A violência de gênero é um dos problemas encontrados na nossa sociedade, incluindo práticas de assédio sexual e psicológico, agressões físicas e verbais, entre outros tipos de violações. A universidade como espaço social reflete e produz formas de violência baseadas nas desigualdades de gênero. Este trabalho tem como intuito analisar a violência de gênero no espaço universitário, tendo em vista suas causas e meios de enfrentamento. Para isso, fez-se uma análise das principais causas da violência de gênero nas universidades, observando estudos elaborados no Brasil e em outros países do mundo. Ademais, o trabalho também conta com uma análise das políticas aplicadas até o momento no país, buscando identificar os melhores meios de enfrentamento a violência de gênero nas universidades.

Palavras-Chave: assédio, violência de gênero, universidades, Brasil, políticas públicas.

ABSTRACT

Gender-based violence is one of the problems found in our society, including sexual and psychological harassment, physical and verbal aggression, among other types of violations. The university as a social space reflects and produces forms of violence based on gender. This work aims to analyze gender violence in the university space, considering its causes and ways to solve the problem of gender violence in universities. To this end, an analysis was made of the main causes of gender-based violence in universities, observing studies carried out in Brazil and other countries around the world. Furthermore, the work also includes an analysis of the policies applied to date in the country, seeking to identify the best means of combating gender-based violence in universities.

Keywords: harassment, gender violence, universities, Brazil, public policies

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 METODOLOGIA	13
3 AS BARREIRAS PARA O COMBATE Á VIOLENCIA DE GÊNERO	14
3.1 O ambiente e sistema universitários	14
3.2 Conscientização	16
3.3 Dificuldade de apresentação de denúncias	18
4 EIXOS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES...	19
4.1 Diretrizes da USP e eixos de atuação	19
4.1.1 Medidas normativas/disciplinares	20
4.1.2 Medidas de acolhimento.....	21
4.1.3 Medidas de conscientização	22
4.1.4 Quadro de diretrizes e eixos de atuação	23
5 POLÍTICAS DE COMBATE Á VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	23
5.1 Políticas adotadas nas universidades brasileiras	24
5.2 Quadro comparativo	25
5.2.1 Normas criadas e medidas disciplinares.....	27
5.2.2Acolhimento das vítimas	27
5.2.3 Conscientização o ambiente univversitário	28
6 RESULTADOS	28
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

O movimento de enfrentamento a violência de gênero esteve, desde a sua origem, intimamente atrelado à atuação do movimento estudantil em diversos países do mundo (MAITO, 2019). Um dos países pioneiros na implementação de políticas para o enfrentamento à violência de gênero nas universidades foram os Estados Unidos, a partir da criação, nos anos 1990, de uma legislação nacional sobre o tema, que, definia que as universidades do país, públicas ou privadas, tinham como obrigação aplicar medidas de prevenção a violência de gênero em seus campi (MAITO, 2017).

A partir dos anos 2000, começou a se notar um movimento de mais países no sentido de prevenir e tratar da questão da violência de gênero no espaço universitário. Em particular, é possível reconhecer as iniciativas em nações como Espanha e Reino Unido, as quais também adotaram legislações nacionais em busca do combate à violência de gênero nas universidades (MAITO, 2017).

Essas iniciativas demonstram como a violência de gênero nas universidades é uma realidade em diversos países do mundo e a necessária implementação de políticas para tratar do problema.

No caso do Brasil, um maior engajamento em relação ao enfrentamento à violência de gênero somente ocorreu a partir de 2015, após a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada dos trotes universitários. A CPI investigou violações de direitos humanos em sete universidades paulistas, após recebimento de relatos diversos, com casos de agressão física, estupro e outros tipos de abuso. O relatório da CPI indicou a responsabilização civil, penal e administrativa dos centros acadêmicos e diretores das associações atléticas. Além disso, a CPI demandou a abertura de um inquérito civil para apurar as práticas de improbidade administrativa contra os diretores das universidades e faculdades públicas, que teriam adotado uma posição de omissão na punição e apuração das situações de violação de direitos humanos. Com o fim da CPI, ficou claro que situações de violência de gênero, e mais especificamente, de assédio são comuns dentro das universidades e muitas vezes são naturalizadas pelas instituições. (BANDEIRA, 2017).

O Brasil atualmente não apresenta uma legislação vigente referente a implementação de políticas para o enfrentamento a violência de gênero nas universidades. Contudo, no ano de 2022 foi apresentado um projeto de lei sobre o tema, o PL 2825/2022. Esse determina uma série de diretrizes a serem seguidas pelas universidades para o enfrentamento a violência de gênero. Dentre elas está a implementação de medidas informativas e educativas, a criação de órgãos de atendimento e a instalação de estruturas de acolhimento como pontuado previamente na implementação de políticas em outros países, medidas nacionais são importantes, pois tornam obrigatória a implementação de medidas pelas universidades. Ainda que, nos casos desses países, a legislação nacional não tenha conseguido garantir que políticas fossem de fato implementadas em todas as universidades, há uma adoção de medidas pela maioria das instituições universitárias (MAITO et all, 2019).

As situações de violência de gênero fazem parte da vida universitária de diversos/as estudantes. Contudo, ainda que esse cenário seja uma realidade, muitas universidades ignoram o problema, tratando-o como se não existisse, para proteger a forma que a universidade é vista. A professora Heloísa Almeida, especialista em questões que gênero pontua essa realidade no ambiente universitário, problematizando o posicionamento das IES, como pode ser visto no seguinte trecho:

A professora de antropologia Heloísa Buarque Almeida, especialista em questões de gênero e ex-coordenadora do programa USP Diversidade, garante que algumas denúncias vêm chegando à Rede Não Cala (antiga quem cala consente), criada por professoras da Universidade e da qual a pesquisadora faz parte. Comentou que tem se deparado com muitos casos de violência sexual contra estudantes mulheres na universidade e afirma que o mais assustador não é apenas o caso em si, mas a naturalização dele pelas instituições, que ignoram a violência sexual praticada dentro do ambiente universitário, a fim de preservarem sua imagem. (BANDEIRA, 2017, p.68)

Tal diagnóstico foi reforçado, no mesmo ano de 2015, pela pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário” feita pelo Instituto AVON. Neste estudo, foi possível identificar que 56% das mulheres entrevistadas já sofreram assédio, 26% dos homens já cometeram e 73% dos entrevistados conhecem casos de assédio e violência sexual na universidade. Ademais, segundo o estudo, 27% dos homens não consideram violência abusar de uma garota se ela estiver alcoolizada; 35% não veem como violência coagir uma mulher a participar de atividades degradantes como desfiles e leilões; 31% não consideram violência repassar fotos ou vídeos das colegas sem sua autorização. A

pesquisa também conta com depoimentos anônimos, que demonstram como a violência de gênero é comum nas universidades, uma das participantes que disse “*Uma menina foi estuprada na festa, dormindo. Em outra festa, soube que deram droga para outra sem ela saber, e foi estuprada*”. Situações como essa fazem parte do ambiente universitário e criam uma cultura de medo entre as mulheres, 42% delas já tiveram medo e sofrer violência no ambiente universitário e 36% já deixaram de fazer atividades na universidade por medo de sofrer violência.

Nesse sentido, nota-se a universidade como um espaço social, que ao reproduzir relações de poder, repete e mantém posturas machistas e consequentemente de violência de gênero (CARVALHO, 2022). Além disso, entende-se que as universidades têm o dever de cuidar de seus/suas estudantes e também têm um papel chave para a prevenção de vários tipos de violência, como a sexual (HILL E CROFTS, 2023). Tendo em conta tais noções, e observando os contextos internacionais e nacionais, torna-se claro a necessidade de encontrar meios de resolver o problema da violência de gênero nas universidades, a partir da adoção de políticas e estudos sobre o assunto.

Com base nesse contexto e no conjunto de indagações que ele coloca, a pesquisa parte de três questionamentos iniciais:

- Quais são os maiores problemas relacionados a violência de gênero no espaço universitário?
- Que políticas as universidades brasileiras têm adotado em busca do enfrentamento da violência de gênero?
- Qual o alcance que as medidas adotadas têm? Elas conseguem tratar das várias dimensões do problema?

Dessa forma, a pesquisa busca analisar o cenário brasileiro em relação às políticas que vêm sendo implementadas para o enfrentamento à violência de gênero nas universidades. Para isso, foi necessário buscar os fatores que explicam a violência de gênero nas universidades, assim como as políticas e iniciativas que têm sido adotadas.

2 METODOLOGIA

Em um primeiro momento, a pesquisa baseou-se em uma análise bibliográfica, observando uma literatura mais focada nos estudos sobre o assédio nas universidades públicas brasileiras. Para isso, pesquisamos "violência de gênero nas universidades" e "assédio sexual nas universidades", utilizando o portal de periódicos Capes e Scielo, levando em conta um recorte temporal que vai do início do século XXI até a atualidade. O estudo seguindo a Resolução nº2249 da Universidade de Ouro Preto, considera violência de gênero como qualquer ato contra mulher, baseado no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico sexual ou psicológico e danos morais ou patrimoniais.

Para o estudo de experiências levantadas em diversas universidades, em busca de entender os maiores problemas e desafios, bem como as estratégias e frentes de atuação, fez-se uma análise documental das políticas que têm sido implementadas em instituições universitárias ao redor do país., buscando entender quais frentes têm-se tomado no enfrentamento da violência de gênero. A análise recai sobre documentos das IES, especialmente normas e diretrizes sobre o tema, com o objetivo de coletar informações que permitam examinar a efetividade das propostas elaboradas, levando em conta o que se define como violência, assim como o tratamento dos sujeitos envolvidos nos casos.

A pesquisa utiliza métodos qualitativos comparativos. Para isso, fez-se um recorte das universidades que têm apresentado mais políticas de intervenção e duas universidades do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, foi possível elaborar, comparar e analisar as medidas que se têm implementado até o momento, levando em conta também o conceito de violência de gênero que cada universidade tem adotado.

A pesquisa foi dividida em três etapas principais. Na primeira etapa, com o intuito de entender melhor os fatores que mantêm e reproduzem a violência de gênero nas universidades, fez-se um diagnóstico dos principais problemas encontrados nas universidades, a partir das pesquisas elaboradas em universidades nacionais e internacionais. Em seguida, o trabalho pontua as frentes que devem ser tomados no enfrentamento a violência de gênero nas universidades, levando em conta os problemas identificados previamente. Na terceira etapa da pesquisa, fez-se uma análise das

políticas implementadas em diversas universidades brasileiras até o momento, verificando se essas estavam tratando da questão de forma abrangente, dando atenção para todos os focos do problema.

3 AS BARREIRAS PARA O COMBATE À VIOLENCIA DE GÊNERO

Não há um único fator causador da manutenção e da reprodução da violência de gênero nas universidades. São vários fatores encontrados em diversas universidades ao redor do mundo, as quais, mesmo com a culturas diferentes, possuem vivências e análises parecidas em relação as situações de violência de gênero. Nesse sentido, as barreiras para o enfrentamento à violência de gênero nas universidades foram divididas em três aspectos: o ambiente e o sistema universitários, a falta de conscientização sobre o problema e a dificuldade das denúncias. Como será demonstrado, essas questões estão relacionadas entre si e se influenciam mutuamente.

3.1 O AMBIENTE E SISTEMA UNIVERSITÁRIOS

Um dos primeiros problemas que se encontra ao estudar a violência de gênero no ambiente universitário é que o próprio sistema favorece a sua existência. Essa situação se dá, primeiramente, devido à presença de uma cultura universitária que normaliza situações de violência de gênero. (HILL e CROFTS,2023). Isso se evidenciou nos trotes universitários, aqui no Brasil, eventos em que os estudantes mascaram uma série de ações de assédio, misoginia e objetificação do corpo feminino, a partir da desculpa de ser somente uma brincadeira, que faz parte do ritual de ingresso na universidade (BANDEIRA, 2017). Além disso, a violência de gênero está presente em outros eventos universitários como festas, em que são comuns apertos de braço, seguidos de beijos forçados nas estudantes e jogos universitários, nos quais, entre outras práticas, ocorrem insultos às jogadoras, assim como “gritos de guerra de cunho machista”. (PEREIRA et all, 2022). As professoras Kimberly Hill e Melanie Crofts, desenvolveram uma pesquisa dentro do cenário universitário inglês, e observaram uma realidade de naturalização de várias formas de violência de gênero, como podemos ver no seguinte trecho: *“Estudantes respondendo às perguntas de nossa pesquisa aberta, explicaram que toques indesejados e assédio, como estudante ‘é simplesmente parte da vida’”* (HILL e CROFTS,2023, p. 172).

Ademais, nota-se que a postura das universidades em muitos casos contribui para ocultar e proteger agressores. Tal situação evidenciou-se neste ano com a publicação do artigo “As paredes falaram quando ninguém mais o fez”, que descreve, a partir de uma série de relatos e testemunhos, o cenário e a estrutura em que o professor Boaventura de Sousa Santos, renomado internacionalmente, assediava alunas sexualmente e moralmente, mantendo seu comportamento por anos e sendo protegido por todo um sistema que buscava não expor o caso. Em um contexto de inexistência do devido posicionamento por parte da universidade, a postura do professor Boaventura foi reproduzida por um de seus aprendizes. Situações como essa não são raras nas universidades, em que por mais que existam ocorrências e experiências angustiantes reportadas pelos/as estudantes, as universidades se mostram mais preocupadas em sustentar uma imagem de não ter violência de gênero em seus campi. (HILL e CROFTS, 2023)

Ao observamos a situação do Brasil, nota-se que a maior parte das universidades que têm implementado políticas de enfrentamento à violência de gênero, ou o fizeram depois que grandes escândalos de estupro e outros tipos de violência chegassem na mídia, ou o fizeram depois do diagnóstico encontrado na CPI dos trotes. Isso demonstra que, no geral, as universidades têm evitado se posicionar sobre o assunto até acontecerem casos extremos. Como pontuado por Ana Terra Pereira Basso (2017), uma postura omissiva das instituições permite que ocorram reincidências (apud. USP, 2017).

A falta de um posicionamento oficial normativo e disciplinar das universidades causa a reprodução e manutenção da violência de gênero, leva a saída de vítimas de programas universitários, desencadeando em uma perda de conquistas pessoais para essas. (CARVALHO, 2022). Quando uma universidade não se posiciona em relação a situações violência de gênero, ela atribui a ideia de que se houver um caso de assédio, seja sexual ou moral, nada irá acontecer com o agressor. Consequentemente, como não há um sistema de apoio as vítimas e elas sentem que a universidade não irá defendê-las ou tomar qualquer medida de proteção, fazendo que as vítimas não se sintam confortáveis no ambiente universitário e desistam de seus cursos. Ademais, dentre os diversos tipos de violência de gênero, está a desqualificação intelectual, que serve como forma de desestimular mulheres a seguirem determinadas carreiras e se manterem no ambiente acadêmico. Segundo a pesquisa do Instituto AVON sobre violência de gênero

nas universidades, 69% das pessoas conhecem casos de desqualificação intelectual e 49% das mulheres já sofreram esse tipo de agressão. O caso do professor Boaventura serve mais uma vez de exemplo, pois as alunas que sofreram a violência tiveram sua carreira acadêmica afetada, seja porque não aceitaram as investidas do professor e do aprendiz, e eles afetaram suas carreiras acadêmicas, seja porque elas não tiveram o apoio da universidade (VIAENE; LARANJEIRO; TOM, 2023).

A normalização dos casos de violência de gênero, assim como a falta de um posicionamento das universidades têm como efeito a ausência de denúncias. De um lado, as vítimas têm dificuldade em reconhecer a violência e sua gravidade e acreditam não haver necessidade de expor os abusos pelos quais elas passaram. Por outro lado, elas não confiam em um sistema que não é feito para defendê-las ou apoiá-las (ALMEIDA,2019)

3.2 CONSCIENTIZAÇÃO

A falta de informação e conhecimento da comunidade universitária sobre o assunto é outro fator crucial que alimenta o ciclo de violência, uma vez que, as vítimas não identificam os abusos sofridos como violência de gênero, diminuindo e ignorando outras formas de agressão que podem se dar com o recorte de gênero na universidade (HILL e CROFTS,2023). Essa carência de conhecimento sobre a violência de gênero é um problema que afeta a comunidade universitária como um todo, incluindo uma desinformação em relação às noções de consentimento (ALMEIDA, 2019).

A falta de conhecimento das estudantes sobre quais situações de fato se enquadram em violência de gênero foi explicitada durante a pesquisa do Instituto AVON, “Violência contra mulher no ambiente universitário”. Ao perguntar espontaneamente às alunas se elas já haviam sofrido algum tipo de violência e gênero na universidade, apenas 10% das entrevistas relataram ter passado por situação de violência na universidade ou em festas acadêmicas. Em seguida, a pesquisa apresentou as entrevistadas uma lista com diversos tipos de violência, que incluíam, assédio sexual (comentários com apelos sexuais indesejados, cantadas ofensivas e abordagem agressiva), coerção (ingestão forçada e sem consentimento de bebida alcoólica e/ou drogas e ser imposta a participação em atividades degradantes), violência sexual (estupro, toque sem consentimento, ser forçada a beijar veteranos e tentativas de abuso

sob influência de álcool), violência física, desqualificação intelectual e piadas por ser mulher, agressão moral e psicológica (humilhação por professores e alunos, ofensas, xingamentos por não aceitar investidas, ter imagens repassadas sem autorização etc.). Uma vez que as participantes tinham as informações da lista o número de mulheres que identificou ter passado por situações de violência de gênero mudou para 67%. Nota-se também que muitas mulheres só denunciam situações de estupro ou violência sexual, por pensarem que outros tipos de prática, como assédio, seriam menos graves ou seriam apenas verbais (HILL e CROFTS,2023). Isso demonstra uma naturalização e banalização de vários tipos de violência de gênero que, ao não serem denunciadas, podem estimular a reincidência e manutenção de uma cultura de agressões nas universidades.

Em relação à questão do consentimento e dos atos praticados por abusadores, é possível observar que situações poderiam ser evitadas se houvesse mais informação e debate sobre o assunto. A pesquisa pontuada anteriormente, feita pelo Instituto AVON, também confrontou estudantes do sexo masculino sobre terem cometido algum tipo de violência contra mulher na universidade ou em festas acadêmicas. Somente 2% dos homens reconheceram ter cometido tais atos. No entanto, ao serem confrontados com uma lista de atos e formas de violência, esse número mudou para 38%. No mesmo sentido, a professora Heloísa Almeida, da USP relata que, em conversa com estudantes agressores, muitos a princípio não identificavam o que teriam feito de errado. No entanto, ao serem apresentados a noções de consentimento, alguns entendiam que haviam errado em suas suposições, ainda que se apresentassem confusos. (ALMEIDA,2019)

Portanto, nota-se um grande problema em relação ao conhecimento que os alunos/as têm em relação às formas de violência de gênero. Por essa razão, como diziam Eagan e Mikitas (2023) é extremamente importante que se implementem programas de conscientização, com o objetivo de instruir adultos e promover uma reflexão crítica sobre o assunto (*apud.* Carmody 2009). Ademais, a necessidade desses programas é sentida pelos/as alunos /as também: como apontado na pesquisa do Instituto AVON, 64% dos homens entrevistados e 78% das mulheres acreditam que o tema da violência de gênero deve ser incluído nas aulas.

3.3 DIFICULDADE DE APRESENTAÇÃO DAS DENÚCIAS

O combate à violência e gênero nas universidades é atravessado pela dificuldade enfrentada pelas vítimas em denunciar os abusos pelos quais passaram. São diversos os fatores que dificultam a apresentação das denúncias, entre os quais estão: a cultura universitária de normalização de episódios de violência, a falta de conhecimento sobre o tema, o medo das consequências e a carência de estruturas acolhimento e apoio a vítimas.

Como já pontuado, a universidade tem uma cultura que banaliza e naturaliza a violência de gênero em seus espaços, o que dificulta a formalização de denúncias pelas estudantes passam por alguma forma de agressão. Muitos casos de assédio não são denunciados porque as vítimas têm medo das consequências de reportar as violências e seus responsáveis. Esse receio está ligado a diversos fatores como: o temor de serem vistas como causadoras da agressão, que o agressor saia impune da situação, que elas sejam marcadas por este acontecimento e tenham suas carreiras afetadas. (ROSETE; PALÁCIOS, 2021). Tais medos não são infundados ao pensar nos problemas estruturais das universidades, uma vez que, como foi demonstrado na CPI dos trotes universitários em 2015, as IES encobriam atos de violência para proteger sua imagem, permitindo que agressores seguissem impunes (ALEMEIDA, 2019). O medo de ter a carreira afetada também se fez presente no caso do professor Boaventura, em que as alunas que sofreram assédio moral ou sexual tiveram prejuízos acadêmicos e profissionais, penalizadas com a perda de oportunidades e fechamento de espaços (VIAENE; LARANJEIRO; TOM, 2023).

A baixa apresentação de denúncias também reflete a falta de estruturas de acolhimento para as vítimas. Para que as vítimas se sintam confortáveis em denunciar casos de violência, é necessário que elas acreditem que serão defendidas pelo sistema, que não serão julgadas, que serão tratadas de forma acolhedora e que não terão sua carreira e imagem marcadas pela violência que sofreram. Por essa razão, é importante criar estruturas de atendimento e acolhimento para situações de violência, com pessoal instruído sobre a forma de lidar com as vítimas e com um sistema que já esteja preparado para direcionar as vítimas da melhor forma possível. Se observamos o caso brasileiro, poucas são as universidades que desenvolveram organismos específicos para tratar de denúncias de violência de gênero. Ademais os espaços de acolhimento e apoio as

vítimas são necessárias para aquelas que precisam de atendimento psicológico e que têm medo de denunciar. (ALEMEIDA,2023)

4 EIXOS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES

Diante das diversas e intrincadas barreiras para o combate da violência de gênero nas universidades, as políticas adotadas devem considerar o escopo do problema e as diferentes frentes de atuação necessárias para fazer frente a ele.

Nesse sentido, estudamos as políticas adotadas em universidades brasileiras, tendo como parâmetro as Diretrizes para a intervenção diante a situações de violência de gênero, criadas na Universidade de São Paulo (USP), para determinar os eixos de combate que devem ser instaurados nas universidades.

4.1 DIRETRIZES DA USP E EIXOS DE ATUAÇÃO

No ano de 2018, a Universidade de São Paulo, a partir da Comissão para Apurar Violência Contra Mulheres e Gêneros (CAV- mulheres), criou uma série de diretrizes para ações de prevenção e intervenção nas universidades diante de situações de violência ou discriminação de gênero ou orientação sexual. As diretrizes foram elaboradas a partir de estudos sobre as medidas aplicadas em outros países, levando em conta as maiores barreiras encontradas antes da aplicação de medidas e os problemas que se mantiveram ou surgiram depois. Ademais, o CAV- mulheres utilizou, para elaboração das diretrizes, a Política Nacional de Enfrentamento à violência de gênero e a Convenção de Belém do Pará, que obriga o Brasil a garantir às mulheres uma vida livre de violência, tendo como dever punir, prevenir e erradicar a violência contra as mulheres. Nesse sentido, as universidades brasileiras podem ser responsabilizadas pela violência de gênero que ocorre em seu espaço e devem encontrar meios para evitar que essas situações se repitam (MAITO et all, 2019).

Para esclarecer os âmbitos em que as diretrizes são aplicadas, o CAV mulheres explica que o ambiente universitário enquadra: dependências físicas e virtuais, locais em que os/as estudantes e professores tenham se reunido pela universidade e dentro de

relações que se dão devido à universidade, mesmo que fora desse ambiente. Ademais as diretrizes, consideram casos que ocorram com funcionários e funcionárias docentes ou não, pessoal acadêmico, estudantes, pessoal acadêmico e terceiros que podem fazer parte ou não da universidade. Sua aplicação é prevista situações de violência ou discriminação sexual, de gênero, raça, orientação sexual, deficiência, identidade e expressão de gênero.

Nesse sentido, levando em conta as diretrizes estabelecidas pela USP, em conjunto com as barreiras encontradas para o enfrentamento da violência de gênero nas universidades, foi possível definir três eixos principais de atuação, que se relacionam entre si e buscam responder aos problemas encontrados no enfrentamento à violência de gênero, levando em conta questões estruturais e culturais da universidade. Por essa razão, é importante que as universidades implementem medidas dentro dos três eixos, para não deixar de lado nenhum âmbito e conseqüentemente obter resultados mais positivos no combate à violência de gênero.

4.1.1 MEDIDAS NORMATIVAS/ DISCIPLINARES

O primeiro eixo se refere às medidas normativas/ disciplinares, que têm como objetivo determinar uma legislação interna nas universidades para o combate aos diversos tipos de violência, demarcando os procedimentos, medidas e noções adotadas nos casos de violência denunciadas. Dentro desta área de atuação, devem constar as definições e classificações de violência, assim como as penalidades a serem aplicadas aos agressores. As normativas devem cuidar de garantir meios para que haja uma reparação justa e eficaz da vida acadêmica da vítima, bem como o atendimento e a adoção de procedimentos de proteção às mulheres, evitando que sofram maiores danos e assegurando a instauração e devida condução do processo disciplinar.

A definição das formas de violência de gênero na universidade é essencial, especialmente se observamos o cenário brasileiro, em que o sistema de justiça ainda se mostra refratário a reconhecer a prática de estupro em casos que não apresentem evidências de agressão física ou de resistência da vítima, são lidos como uma relação sexual consentida. Essa questão se torna ainda mais problemática quando consideramos que a maior parte dos casos de violência sexual ocorrem com pessoas que se conhecem. (ALMEIDA, 2019)

Além disso, o cumprimento eixo é importante porque ele demonstra o compromisso das universidades com uma ética institucional, estabelecida no dia a dia, pelos procedimentos, políticas e processos de decisão que a instituição adota. (EAGAN; MIKITAS, 2023). Se as universidades se posicionam contra a violência de gênero, elas estabelecem um sistema ético que protege as vítimas desse tipo de violência. Outro ponto em que a implementação de uma especificação normativa ajuda é na identificação de situações de violência de gênero. Como pontuado anteriormente, muitas vezes as vítimas não identificam as agressões que sofreram como violência. Ao criar uma normativa que define e explica os tipos de violência, a universidade contribui para esclarecer as diversas formas e modalidades que violência de gênero pode tomar e para mudar o entendimento e a valoração sobre violência dentro da universidade. (MAITO et all, 2019)

4.1.2 MEDIDAS DE ACOLHIMENTO

O eixo de acolhimento diz respeito à forma como os organismos universitários tratam as vítimas de violência de gênero. Como visto previamente, muitas vítimas não se sentem confortáveis em denunciar a violência de gênero, por medo de serem julgadas, expostas e marcadas pela agressão que sofreram. Nesse sentido, é necessário adotar medidas e meios de acolhimento que protegem essas vítimas e criem um ambiente convidativo para que sejam feitas denúncias. Por essa razão, as diretrizes da USP definem como necessária a instauração de órgãos com pessoal treinado e qualificado para atender as vítimas e outras pessoas que denunciem as situações de violência de gênero. O processo de denúncia deve ser levado de forma tranquila e segura, não colocando a culpa na vítima pela violência sofrida. Durante a denúncia, não devem ser feitos juízos de valor sobre a questão, buscando uma abordagem compreensiva. Além disso, é importante que durante o atendimento seja aplicada uma linguagem mais acessível, sem ser extremamente técnica, mas ainda assim esclarecendo os procedimentos jurídicos que serão executados e, a depender do caso, encaminhando a vítima para rede de proteção a mulher em situação de violência. Nesse processo é necessário assegurar que a pessoa atendida entenda que tem liberdade de escolha sobre os caminhos que serão tomados.

A implementação das medidas de acolhimento, a criação de um ambiente mais compreensivo e qualificado para tratar com vítimas de violência de gênero, ajuda com

um dos problemas mais recorrentes no enfrentamento a violência de gênero nas universidades: a falta de denúncias. Essa mudança é essencial para o enfrentamento à violência de gênero, incluindo a identificação e responsabilização dos agressores como medida de justiça e de não repetição, ou seja, de prevenção de novos casos e episódios. A partir das denúncias é possível também traçar um diagnóstico mais completo do problema da violência. (ALMEIDA, 2019).

4.1.3 MEDIDAS DE CONSCIENTIZAÇÃO

O terceiro eixo trata das medidas informativas, que buscam mudar os padrões culturais que sustentam a violência de gênero nas universidades. A violência sexual, assim como outros tipos de agressão, acontece com indivíduos, mas são essas experiências individuais que indicam a necessidade de estudar e entender os contextos e padrões da desigualdade de gênero (EAGAN; MIKITAS, 2023). Como observado na pesquisa do Instituto AVON em conjunto com as experiências de outras universidades apresentadas previamente, conclui-se que existe de fato um contexto acadêmico em que os estudantes têm noções limitadas do que é a violência de gênero. Isso leva a uma necessidade de reeducar os/as estudantes sobre o assunto, principalmente para que as vítimas possam identificar a violência que sofreram, e para prevenir que outras aconteçam.

Por sua vez, as autoras Suzenne Eagan e Natasha Mikitas (2023) abordam outra perspectiva de aplicação de políticas de conscientização. Ao invés de instruir mulheres a minimizar os riscos de sofrer algum tipo de violência, deveria haver um foco maior nos agressores e na conscientização da sociedade, sem colocar o peso da violência na mulher. Por essa razão, é importante a adoção de programas que se baseiam nos princípios de educação de adultos, envolvendo ativamente os participantes e provendo diversas oportunidades para mudanças de atitude (*apud*. Carmody 2009, 2014; Carmody et all 2009)

Ações como as indicadas pelas diretrizes da USP se encaixam nesse perfil e são muito importantes no combate a de situações de violência e discriminação. Dentre as medidas sugeridas pelo CAV-USP está a adoção de ações de formação da comunidade universitária sobre a igualdade de gênero, as quais podem ser desenvolvidas em congressos, aulas, palestras, seminários, entre outros. Ademais, é importante que se

apliquem ações de difusão de informações sobre combate à violência de gênero nas universidades, a partir da elaboração de seminários, palestras, pesquisas, ações de extensão, campanhas institucionais de conscientização, entre outros.

4.1.4 QUADRO DE DIRETRIZES E EIXOS DE ATUAÇÃO

Com o intuito de demonstrar como as diretrizes elaboradas pela USP, abrigam os três eixos de atuação previamente descritos, elaborou-se um quadro que relaciona algumas das medidas sugeridas pelo CAV- mulheres com os eixos.

QUADRO 1

	Diretrizes sugeridas pela USP
Eixo medidas disciplinares/ normativas	Integração dos serviços oferecidos de forma cooperada e procedimentos articulados ;respostas efetivas para todos os tipos de violencia de gênero; adoção de procedimentos para evitar maiores danos à mulher em situação de violência; abertura de processos disciplinares para apuração das infrações; os comportamentos de violência com base de gênero e outras formas de discriminação devem ser considerados graves pela universidade
Eixo medidas de conscientização	Ações de formação da comunidade universitária sobre igualdade de gênero, com a elaboração de seminários palestras, aulas, pesquisas, ensino e extensão; implementação de ações de divulgação das informações sobre o enfrentamento à violência de gênero.
Eixo medidas de acolhimento	Atendimento integral as necessidades da pessoa que sofreu violência; respeito a pessoa atendida, sem demonstrar qualquer juízo de valor em relação ao caso; continuidade no atendimento; postura acolhedora e atenta em relação à vítima; encaminhamento para serviços de psicologia, assistência social e saúde da universidade ; as informações coletadas das vítimas devem ser protegidas para não se tornarem públicas ; evitar a utilização de linguagem discriminatória e questionamentos com teor preconceituoso.; prover medidas para reparar e prevenir situações de violência; proteção da vítima para que não sejam intimidadas, ameaçadas, recebam tratamento injusto.

5 POLÍTICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Neste tópico tratamos das políticas têm sido implementadas no Brasil, observando a amplitude das medidas adotadas, assim como a participação das universidades como um todo. Para isso, levantamos as universidades que têm se destacado pela adição de meios de combate à violência de gênero, levando em conta os três eixos de ação pontuados previamente, que serviram de parâmetro para a análise da amplitude e adequação das medidas que vêm sendo adotadas ao redor do país.

O estudo traçou um quadro comparativo de 5 universidades brasileiras, escolhidas a partir de dois critérios principais. O primeiro foi a relevância das políticas

implementadas, ou seja, as universidades que apresentaram um maior número de políticas e que cobriam de forma mais completa os eixos de atuação. como segundo critério de seleção teve o intuito de mostrar como o estado do Rio de Janeiro tem se posicionado no enfrentamento à violência de gênero nas universidades, com um recorte espacial que considerou as experiências de duas universidades do estado, sendo uma delas a própria UFRJ.

5.1 POLÍTICAS ADOTADAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

O cenário do enfrentamento à violência de gênero no Brasil é recente e bastante desigual. A maior parte das políticas implementadas até o momento, foram elaboradas a partir de 2016, impulsionadas pela CPI dos trotes universitários, que evidenciou a presença do problema em diversas universidades por todo Brasil. As universidades brasileiras no geral apresentam pouca experiência na implementação e execução de meios para o enfrentamento a violência de gênero, que de fato exigem uma averiguação completa dos casos notificados, levando em conta os eixos de acolhimento, prevenção da violência e medidas disciplinares. (MAITO et all,2019)

Considerando os contextos em que houve a instauração de medidas de combate ao problema, essas são muito diferentes entre as universidades. No ano de 2018 a Comissão de Equidade de Gênero a UFF fez um levantamento das políticas que se tem adotada em diversas universidades brasileiras. Após analisar tais dados é possível observar que algumas universidades como a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade de São Paulo (USP) apresentam medidas que abrangem o problema de forma mais completa, buscando tratar dos três eixos de implementação de política. Contudo, outras universidades apresentam uma atuação mais voltada a conscientização, com a criação de coletivos, rodas de conversa e outras iniciativas nesse sentido. Ainda que medidas nesse âmbito sejam necessárias para o combate à violência de gênero nas universidades, é necessário que as políticas de acolhimento e disciplinares sejam também implementadas. Desde 2018, algumas universidades têm apresentado um maior posicionamento em relação a violência de gênero nas universidades, demonstrando cada vez mais compromisso com políticas nesse sentido, mas a despeito desses esforços, é notável a diferença entre as medidas implementadas pelas universidades ao redor do país.

5.2 QUADRO COMPARATIVO

O quadro apresentado abaixo tem como objetivo demonstrar a diferença entre os meios de atuação encontrados nas universidades. Nesse sentido, as universidades escolhidas foram a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Para a elaboração do quadro comparativo foram levados em conta os três eixos de atuação. Com o intuito de observar a ação normativa/ disciplinar, analisou-se a base normativa das universidades, a política/ o órgão criado, as medidas disciplinares aplicáveis aos agressores e o conceito de violência. A definição de violência é relevante porque indica a abrangência das políticas e a profundidade estrutural que elas alcançam. Também é importante para fins de conscientização das vítimas quanto à violência infligida (MAITO et al,2019). As medidas de acolhimento incluem treinamento dos gestores e atendimento às vítimas. Por último, para conscientização, foram levadas em conta as medidas educativas implementadas nas universidades estudadas, quando oficiais ou inseridas no campo institucional, deixando de lado ações feitas por coletivos e grupos. Essa escolha se justifica em razão do objetivo de observar como as universidades têm se posicionado institucionalmente e oficialmente.

QUADRO 2

INSTITUÇÕES	UFOP	UFG	USP	UFF	UFRJ
BASE NORMATIVA	RESOLUÇÃO CUNI Nº 2249	RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 12/2017	PORTARIA GR Nº 7710, DE 5 DE MAIO DE 2022	PORTARIA UFF Nº 68.317 de 8 de março de 2022	PORTARIA Nº 438/2023,
ANO DE INSTAURAÇÃO	2019 2023	2017	2017	2022	2023
POLÍTICA/ ORGÃO CRIADO	Comissão permanente para executar a oferta de curso de tratamento do agressor	Comissão permanente de acompanhamento de denúncias e processos administrativos	Acolhimento, encaminhamento e acompanhamento de mulheres em situação de violência de gênero, passa por protocolo Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento	A Comissão Permanente de Equidade de Gênero (CPEG)	Ouvidoria da Mulher, para receber manifestações vinculadas a violência contra mulher
MEDIDAS EDUCATIVAS	Lançamento da campanha "Não vai dar em nada? Vai dar sim! "	Campnha Institucional: #NãoÉNão! Entendeu? Assédio Sexual é Crime,	CAV- mulheres; trabalha com a promoção de ações educativas	CPEG- Busca conscientizar e elucidar a comunidade acadêmica sobre os tipos de assédio moral e sexual na universidade	--
TREINAMENTO DE GESTORES	--	--	Comenta nas diretrizes sobre a necessidade de treinamento	--	--
MEDIDAS DISCIPLINARES	Avertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria, destituição de função. repreensão escrita, seupenção (de até 90 dias)	Advertência, suspensão até 90m dias, estituição da função e exclusão (estudantes)	--	--	--
ASSISTÊNCIA ÀS VITÍMAS	As vítimas podem ser encaminhadas ao PRACE para apoio psicológico	Encaminhamento e prioridade de atendimento no: Programa Saudavelmente e Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH)	A Comissão Para Apurar Denúncias de Violência Contra as Mulheres e Gênero no Campus de Ribeirão Preto-CAV mulheres, acolhe as vítimas	--	Sem assistência além dada pela ouvidoria
CONCEITO DE VIOLÊNCIA	Medida voltada para violência contra mulher, definida : ação ou omissão baseaa no gênero que caise morte, lesão, sofrimento físico sexual ou psicologico dano moral ou patrimonial Define ações e que haveria abuso.	Assédio moral, sexual e quaisquer formas de preconceito. Determina as relações e situações que se enquadram em assédio moral, sexual e preconceito	Conceituou os tipos de violência, . Estabeleceu o que seria considerado assédio, levando em conta as relações profissionais	Assédio moral e sexual	Violência de gênero, com foco nas relações academicas

5.2.1 NORMAS CRIADAS E MEDIDAS DISCIPLINARES

Como é possível observar acima, todas as universidades escolhidas apresentam uma resolução normativa para o enfrentamento a violência de gênero nas universidades, assim como a criação de órgãos específicos para tratar do assunto e das denúncias. Esses ainda que apresentem funções e atuações diferentes, pois demonstram um posicionamento da universidade sobre o assunto, evidenciando um entendimento da violência de gênero como um problema que precisa de medidas de intervenção. No entanto, tais iniciativas só foram implementadas a partir de 2017, com duas sendo implementadas somente no ano passado e neste ano. Isso explicita que as universidades brasileiras de fato mostram uma tendência a se posicionar em relação à questão da violência de gênero, mas o assunto só começou a ser abordado de forma institucional recentemente.

Ademais, a maior diferença no setor normativo é na determinação de medidas disciplinares, as quais só foram especificadas pela UFOP e UFG. A falta deste regulamento pode ser problemática pois deixa em aberto quais seriam as consequências para os agressores, dando espaço para que casos sejam tratados de forma leviana.

Outro ponto que nem todas as universidades tratam é a determinação de um conceito de violência, havendo uma diferença referente ao entendimento de violência pelas universidades. A UFOP, UFG e USP apresentam definições específicas sobre o que consideram violência de gênero, abrangendo as diferentes formas que essa possa tomar, assim como as diversas relações em que podem acontecer atos de violência. Contudo, tanto a UFF como a UFRJ, tratam de forma menos elaborada da violência, no caso da UFRJ a resolução só chega a comentar que a ouvidoria é voltada a violência de gênero nas relações acadêmicas, não especificando que circunstâncias caberiam como violência.

5.2.2 ACOLHIMENTO DAS VÍTIMAS

Este eixo conta com as medidas de assistência, levando em conta a necessidade de atendimento psicológico e a formação dos gestores sobre o assunto. A partir do quadro é possível observar que basicamente nenhuma das universidades trata do ponto do treinamento dos gestores. Como já pontuado, as vítimas no geral não se sentem confortáveis em denunciar os casos de violência de gênero, devido ao medo de serem

julgadas em diversos momentos, principalmente durante os procedimentos de denúncia. Sendo assim, seria essencial uma preparação para os funcionários que atendem as vítimas.

Ademais, das cinco universidades, três apresentam algum tipo de apoio psicológico às vítimas, seja por encaminhamento a alguma instituição, seja pela própria comissão apresentar uma forma de apoio. Na resolução da UFF não há menção a qualquer forma de atendimento psicológico ou do acolhimento da vítima. Já a UFRJ em sua resolução fala que Ouvidoria da Mulher daria assistência, mas não especifica como seria ofertada, ou se haveria algum tipo de apoio psicológico, tema que não é tratado de forma explícita.

5.2.3 CONSCIENTIZAÇÃO DO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

As medidas de conscientização são as que tratam mais do preconceito estrutural em relação as noções da violência de gênero. Por essa razão elas são um meio efetivo para prevenir que diversos tipos de agressão aconteçam. O quadro acima demonstra que quase todas as instituições têm tomado medidas educativas para o combate à violência de gênero, a única universidade dentro das cinco que foge desse padrão é a UFRJ, que a princípio não demonstra iniciativas nesse sentido.

No caso da UFOP, a campanha “Não vai dar em nada? Vai dar sim!”, foi implementada em março de 2023, tendo como objetivo demonstrar para a comunidade acadêmica os canais adequados para denúncia contra violência, dentro dos âmbitos da universidade. A campanha, além de explicar os procedimentos de denúncia e acolhimento, também trata da importância do sigilo durante todo o processo. A UFG lançou sua campanha #Não é Não! Entendeu? Assédio Sexual é crime, em 2018, que tem a intenção de ser uma educativa e preventiva dentro da universidade, focando precisamente nos problemas culturais em relação as posturas que são consideradas como assédio sexual. Já a USP, a partir do CAV-mulheres, apresenta diversos tipos de iniciativas e projetos que tratam da conscientização da comunidade universitária sobre a violência de gênero. O mesmo acontece com a UFF que, a partir da Comissão Permanente de Equidade de Gênero, realiza uma série de ações educativas e informativas sobre o assunto.

6 RESULTADOS

É possível concluir, levando as informações aqui apresentadas, que é necessária a implementação de políticas a partir de três frentes diferentes, para poder enfrentar as principais barreiras para resolução do problema. O problema da violência de gênero não é somente uma questão que surge a partir da falta de uma base normativa, mas também de uma falta de estrutura de acolhimento e informação dentro da comunidade acadêmica. Dessa forma, os eixos de atuação estão interligados e têm uma relação de causa e consequência entre si. Sendo assim, para tratar da situação é necessário que as políticas adotadas não excluam qualquer um dos eixos.

Ao analisar o cenário das universidades brasileiras nota-se que de fato há uma ação em prol do enfrentamento à violência de gênero. O Brasil apresenta exemplos de experiências positivas como a UFG e a UFOP que, levando em conta as diretrizes da USP e os eixos de ação previstos, adotaram políticas que miram nos maiores problemas encontrados nas universidades. Contudo, por mais que as universidades brasileiras implementem algumas ações de combate à violência de gênero, nota-se uma falta de ações institucionais robustas. Como os eixos de ação não são implementados em conjunto, há buracos na resolução do problema. Ademais, ao redor do país percebe-se que os projetos das universidades têm frentes muito diferentes, mostrando que, por mais que a violência de gênero nas universidades seja um problema nacional, não há uma política mais integrada e coordenada nacionalmente em torno do tema.

Nesse sentido, a criação de uma legislação nacional, que não somente direcione, mas que também requeira a adoção de medidas, tornando um dever das universidades se posicionar e combater a violência de gênero nas universidades, parece um passo importante. No entanto, mais do que isso, é necessário que as universidades e todo o seu corpo social se impliquem na construção de respostas à violência de gênero em seus espaços. Isso requer reconhecer os fatores, no seu próprio desenho e cultural, que favorecem as práticas de violência e formalizar/institucionalizar meios de denúncia e apuração, acolhimento e assistência às vítimas. Requer, igualmente, esforços constantes e cotidianos de reflexão e de debate sobre as formas de violência de gênero, em suas diversas manifestações, e sobre os padrões que as sustentam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloisa Buarque. Violence sexuelle et de genre à l'université : du secret à la bataille pour la reconnaissance. **Brésil(s): Sciences Humaines et Sociales**, 16, 2019, disponível em: <https://journals.openedition.org/bresils/5348>

APÓS DENÚNCIAS EM 7 UNIVERSIDADES CPI DOS TROTOS ACABA NESTA TERÇA. G1, São Paulo, 10 de março de 2015. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/apos-denuncias-em-7-universidades-cpi-dos-trotos-acaba-nesta-terca.html> >

BANDEIRA, Lourdes Maria Bandeira. Trotos, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. **GÊNERO**, Niterói, v.17, n.2, p. 49 – 79, 1. sem. 2017.

BASSO, Ana Terra Pereira. **Violência de gênero na faculdade de direito da Universidade Federal Fluminense**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito. Niterói. 2017.

CARMODY, M. 'Sexual violence prevention educator training. Opportunities and challenges', in N Henry and A Powell (eds.), **Preventing sexual violence interdisciplinary approaches to overcoming a rape culture**, Palgrave Macmillan, London, 2014, pp. 150– 169.

CARMODY, M. **Conceptualising the prevention of sexual assault and the role of education**, *ACSSA Issues*, 2009, pp. 1– 19.

CARMODY, M., EVANS, S. and KROGH, C. **Framing best practice: National Standards for the primary prevention of sexual assault through education. National Sexual Assault Prevention Education Project for NASASV**, University of Western Sydney, Sydney, 2009.

CARVALHO, Natalia Silveira. Experiências femininas na Universidade: violência de gênero resistência feminista. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v.8, p.59-68, Edição Especial 2, 2022.

EAGAN, Suzanne *et al.* Developing Ethical Pedagogical Practices:: Exploring violence prevention work with academics. *In*: PRITCHARD, Erin; EDWARDS, Delith. **Sexual Misconduct in Academia: Informing an ethics of care in the university**. 1. ed. New York: Routledge, 2023. v. 1, cap. 11, p. 191-208. ISBN 978-1-032-27751-6.. DOI: 0.4324/9181003289944-16

KIMBERLY, HILL *et al.* Sexual violence: Challenges in changing campus culture. *In*: PRITCHARD, Erin *et al.* **Sexual Misconduct in Academia: Informing an ethics of care in the university**. 1. ed. New York: Routledge, 2023. v. 1, cap. 10, p. 170-189. ISBN 978-1-032-27751-6.

LIESELOTTE, VIAENE *et al.* The walls spoke when no one else would:: Autoethnographic notes on sexual- power gatekeeping within avant- garde academia. *In*: PRITCHARD, Erin; EDWARDS, Delith. **Sexual Misconduct in Academia: Informing an ethics of care in the university**. 1. ed. New York: Routledge, 2023. v. 1, cap. 12, p. 208-225. ISBN 978-1-032-27751-6.

MAITO, Deíse Camargo. **Parâmetros teóricos e normativos para o enfrentamento à violência contra as mulheres na Universidade de São Paulo**. Tese (mestrado)- Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, p.218.2017

MAITO, Denise Camargo et al. **Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade**. Interface (Botucatu), 2019

MEIRELLES, R.; CUNHA, J.P. e NACLE, C. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. Pesquisa Instituto Avon/ Data Popular.2015. Disponível em: <<https://institutoavon.org.br/estudo-do-instituto-avon-e-fonte-de-materia-sobre-violencia-de-genero/>>

PEREIRA, Ana Laura de Queiróz. et all. Projeto “Conte Comigo”: enfrentamento da violência contra as mulheres nos jogos universitários. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA** | 46 (1): e016, 2022

ROSETE, D.H.; PALÁCIOS, J.C. Ser mujer y estudiar leyes: aproximaciones antropológicas al acoso y su resistencia en una universidad pública de la Ciudad de México, México. **Cad. Saúde Pública** 2021; 37(2):e00024620. DOI: 10.1590/0102-311X00024620